

RETROSPECTIVA DAS PUBLICAÇÕES DE PESQUISAS REALIZADAS SOBRE EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM – 1947-1981

Márcia Caron Ruffino¹
Dulce Maria Vendrúscolo de Freitas¹
Lisete Diniz Ribas Casagrande²

RUFFINO, M.C. et alii. Retrospectiva das publicações de pesquisas realizadas sobre educação em enfermagem – 1947 - 1981. *Rev. Bras. Enf.*, Brasília, 38(3/4): 245-256, jul./dez. 1985.

RESUMO. A proposta deste estudo é verificar o espaço que o tema Educação em Enfermagem enquanto objeto de investigação ocupa no total das divulgações veiculadas pela Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn. As fontes de informação utilizadas foram os Congressos Brasileiros de Enfermagem e a Revista Brasileira de Enfermagem, por julgarmos veículos de informações confiáveis. Os autores utilizaram esse material para verificar o grau de interesse dos profissionais de enfermagem nesse objeto de pesquisa, desenvolvendo um levantamento retrospectivo dessas divulgações através dos mencionados congressos e revistas. O período analisado foi de 1947 a 1981. Como resultados parciais, de um total de 761 trabalhos divulgados nos congressos, 124 (16,29%) versam sobre o tema Educação em Enfermagem, distribuídos nas mais diversas categorias, a saber: educação formal, formação do aluno, metodologia do ensino, formação do professor, diversas disciplinas do currículo de graduação e integração ensino-serviço.

ABSTRACT. The aim of this study is to find out the space occupied by the theme “Nursing Education” as an investigation subject matter on the totality of Brazilian Nursing Association’s publications. The information sources used were: Brazilian Nursing Meetings and the Brazilian Nursing Journal, which were considered reliable. The authors used that material to find out the interest degree of nurses about this research subject, developing a retrospective survey of the Meetings and Journals referred before. The period verified was from 1947 to 1981. As partial results we have: from a totality of 761 research works presented in the Meetings, 124 (16,29%) deal with Nursing Education. They were classified in different classes: formal education, learner preparation, teaching methods, teacher training, undergraduate curriculum disciplines and teaching-service integration.

INTRODUÇÃO

Como docentes de Escola de Enfermagem e pertencentes à Comissão de Estudos Curriculares da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP, cuja preocupação está voltada basicamente para o ensino e o currículo de graduação, além de interessadas em pesquisas sobre Educação e Ensino

em Enfermagem, é que levamos a efeito este trabalho.

Vários autores dedicaram-se ao estudo da Educação em Enfermagem no Brasil, ressaltando-se a contribuição de ALCÂNTARA⁴, CARVALHO⁹, SILVA et alii^{1 8}, GERMANO^{1 1}. Mais recentemente, temos a preocupação com relação à divulgação científica, sendo que a Educação em Enfermagem

1. Docente da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

2. Docente do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

aparece dentro das prioridades de pesquisas preconizadas por ALMEIDA⁵.

O desenvolvimento da enfermagem no Brasil veio requerer a organização da divulgação das experiências profissionais e, dentre elas, a preocupação com o ensino e educação, sendo que a Associação Nacional de Enfermeiros Diplomados (ABED) assume essa liderança na década de 30, tendo como veículos oficiais de divulgação, inicialmente, os Anais de Enfermagem instituídos em 1932 e os Congressos Nacionais de Enfermagem, iniciados em 1947 (CARVALHO⁸, GERMANO¹¹).

Os Anais de Enfermagem, publicados pela primeira vez, em maio de 1932, tiveram sua publicação interrompida em 1941, sendo reiniciada em 1947 até o ano de 1953. Em 1954, durante o VII Congresso Nacional de Enfermagem, a revista recebeu o nome de Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), permanecendo até hoje como um dos principais veículos de divulgação nacional da Enfermagem. Da mesma forma, a Associação Nacional de Enfermeiros Diplomados (ABED) passou a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e os Congressos Nacionais passaram a denominar-se Congressos Brasileiros de Enfermagem (CARVALHO⁸, GERMANO¹¹).

É inegável a contribuição da ABEn à Educação em Enfermagem, sendo este fato comprovado através de seus vários estatutos, das recomendações de Congressos, dos documentos de comissões especiais e das publicações da REBEn (CARVALHO⁸, GERMANO¹¹).

Segundo GERMANO¹¹, os artigos sobre Educação em Enfermagem assumem importância significativa no período de 1932 a 1954, compreendendo temas referentes à estruturação de escolas, ensino em diferentes níveis, currículo, qualificação de docentes, seleção de campos de estágios, leis do ensino, aspectos de Ética nas Escolas de Enfermagem. A partir de 1955 persiste ainda a preocupação com Educação em Enfermagem, particularmente nas décadas de 50 e 60, sendo que o estudo efetuado pela referida autora evidencia a importância deste órgão na divulgação de pesquisas sobre educação e formação profissional.

Da mesma forma, as recomendações dos Congressos Brasileiros de Enfermagem representam expressivo interesse da classe sobre este tema, sobressaindo-se percentualmente em relação a outras áreas estudadas (GERMANO¹¹).

Tendo em vista a relevância do tema Educação e Ensino em Enfermagem, a proposta deste estudo

é verificar o espaço que o tema em questão, enquanto objeto de investigação dos enfermeiros, ocupa no total das divulgações veiculadas pela ABEn através dos Congressos Brasileiros de Enfermagem.

Julgou-se que os Congressos Brasileiros de Enfermagem – fonte de divulgação da ABEn – constituem veículos de informação confiáveis para a proposta de análise do referido tema. Diante disso, os autores utilizaram esse material para verificar o interesse dos profissionais nesse objeto de pesquisa.

Os trabalhos foram classificados através de uma categorização geral, abrangendo a Educação Escolarizada, ou formal, e a Educação Não-Escolarizada.

Considerando que os estudos sobre Educação não estão dissociados da realidade política e econômica dos diferentes momentos históricos (SILVA et alii)¹⁷, interessou-nos saber a relação desses dados com ocorrências internas e externas da própria enfermagem, que determinaram o maior ou menor interesse dos pesquisadores sobre este tema, através da frequência desses trabalhos no período de 1947 a 1981.

METODOLOGIA

Desenvolveu-se um levantamento retrospectivo, qualitativo e quantitativo, das divulgações apresentadas nos Congressos Brasileiros de Enfermagem.

O período analisado foi de 1947 a 1981, sendo a fonte de informação a publicação da ABEn – Retrospectiva, 33 anos de Congressos Brasileiros de Enfermagem (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM)². Foram objetos de estudo para esse levantamento, tanto os temas livres como os temas oficiais.

Os temas que abrangiam conteúdo sobre Educação foram classificados dentro de duas categorias básicas: Educação Escolarizada ou Formal e Educação Não Escolarizada, de acordo com o QUADRO 1.

A relação entre as divulgações sobre Educação e os principais momentos políticos e sociais vigente no período foram considerados a partir da análise sobre a prática profissional e a política educacional efetuada por vários autores, entre eles CARVALHO⁸, SILVA et alii¹⁷, GERMANO¹¹, BARROS⁶ e as publicações oficiais da ABEn (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM)¹.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os resultados bem como a discussão dos dados encontrados na análise qualitativa dos trabalhos divulgados nos CBEn são apresentados inicialmente através de uma distribuição numérica e percentual, de acordo com a categorização mais ampla utilizada pelos autores – Educação Escolarizada e Não-Escolarizada (TABELAS 1 e 2).

Dos 762 trabalhos apresentados nos CBEn, 146 (19,16%) se referem ao tema Educação. A Educação Escolarizada perfaz um total de 87,7% dessas divulgações sobre educação, caracterizando o interesse dos enfermeiros por esta área. A Educação Não-Escolarizada começa a ser focalizada somente a partir da década de 70, perfazendo nesta década e nos anos de 1980 e 1981, 12,3% dessas publicações.

Há uma maior evidência no interesse dos enfermeiros pela divulgação dos trabalhos nos CBEn, a partir da década de 70, quando observamos que o total de trabalhos dessa década e dos anos de 1980 e 1981 somam 532, contrapondo-se aos 230 das 3 décadas anteriores (147 a 1969). Nesse sentido verificamos que a Educação ocupa um lugar de destaque nestas divulgações, com cerca de 20% dessas divulgações (19,16%), apresentadas nos 34 CBEn realizados até o presente momento.

Nas TABELAS 3 e 4 são apresentadas as distribuições de frequência dos trabalhos relativos à Educação Escolarizada e Não-Escolarizada. Nota-se uma preocupação com o ensino superior, com as

QUADRO 1 – Quadro referencial das categorias sobre Educação, utilizadas na análise dos trabalhos apresentados no CBEn*

1. EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA

- 1.1 Administração Escolar.
- 1.2 Formação profissional:
 - formação de nível médio – técnico e auxiliar
 - formação de nível superior
 - a) currículo e legislação
 - b) seleção de alunos
- 1.3 Ensino de enfermagem:
 - a) disciplinas do currículo de graduação
 - b) habilitações
- 1.4 Metodologia do ensino de enfermagem:
 - a) ensino clínico
 - b) campos de estágio
 - c) tecnologia educacional
- 1.5 Formação do Professor:
 - a) licenciatura
 - b) pós-graduação e especialização

2. EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLARIZADA

- 2.1. Educação continuada
- 2.2. Integração ensino/serviço

* CBEn – Congresso Brasileiro de Enfermagem.

disciplinas do currículo de graduação, acompanhadas do interesse pela metodologia de ensino. Foram apresentados neste período 128 trabalhos sobre educação escolarizada. Quanto à educação não escolarizada, 18 trabalhos foram divulgados, após a década de 70, abrangendo temas sobre educação continuada e integração ensino/serviço.

TABELA 1 – Trabalhos sobre o tema “Educação em Enfermagem”, com relação ao total de trabalhos divulgados pelo CBEn, no período de 1947/1981

Períodos	Tipos	Trabalhos sobre Educação		Total de Divulgações	
		Nº	%	Nº	%
1947 – 1949		6	24,00	25	100,00
1950 – 1959		27	38,02	71	100,00
1960 – 1969		39	29,10	134	100,00
1970 – 1979		60	14,70	408	100,00
1980 – 1981		14	11,29	124	100,00
Totais		146	19,16	762	100,00

TABELA 2 – Trabalhos sobre educação (escolarizada e não escolarizada), em relação ao total de trabalhos relativos ao assunto, apresentados aos Congressos Brasileiros de Enfermagem, no período de 1947/1981

Períodos	Educação Escolarizada		Educação Não-Escolarizada		Total de Trabalhos Sobre Educação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	1947 – 1949	6	100,00	–	–	6
1950 – 1959	27	100,00	–	–	27	100,00
1960 – 1969	39	100,00	–	–	39	100,00
1970 – 1979	46	76,60	14	23,30	60	100,00
1980 – 1981	10	71,40	4	28,50	14	100,00
Totais	128	87,60	18	12,30	146	100,00

TENTATIVA DE UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALIFICATIVA DOS TRABALHADORES SOBRE EDUCAÇÃO

Procurou-se, inicialmente, classificar os trabalhos segundo as categorias apresentadas no Quadro 1 e quantificá-los dentro dessas categorias. Uma análise mais global desses dados decorre das Tabelas 3 e 4.

A seguir são apresentadas as descrições conceituais dessas categorias, bem como a relação das mesmas com os dados encontrados:

EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA, – (ou formal), é aquela que se processa na instituição social denominada escola; caracteriza-se por ser sistemática, programada e intencional, visa “comunicar idéias, atitudes e comportamentos que, dados certos padrões e valores pré-estabelecidos no grupo profissional, este julga indispensáveis à perfeita incorporação e ajustamento do educando ao seu meio” (RIBEIRO)¹⁵; nesse tipo de educação, “o grupo no qual e para o qual o indivíduo se educa, prepara condições especialmente organizadas e for-

malizadas para exercer sobre o educando, uma influência modificadora, dirigida para fins determinados” (RIBEIRO)¹⁵. (Por ser excessivamente ampla e inclusiva, esta categoria conceitual foi explicitada em várias subcategorias, mais adequadas para precisar com exatidão, o tema dos trabalhos publicados).

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR: “de modo geral, esse nome sugere a observação, caracterização, classificação e relacionamento dos fatos relativos à estruturação dos serviços regulares de ensino, dos modos de sua gestão e de sua condução, bem articulada, quer se passem numa só escola, em várias delas, ou em muitas, que venham a compor um sistema definido” (LOURENÇO FILHO)¹². Nesta categoria, foram incluídos 4 trabalhos, dois na década de 40, um na década de 70 e um em 1981, sendo a tônica dessas publicações, a criação de Escolas de Enfermagem.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: “a concepção de formação profissional adotada pela Organização Internacional do Trabalho, apresentada na Recomendação 150/75, traduz (...) a relação di-

TABELA 3 – Distribuição de frequência dos trabalhos relativos à educação escolarizada, no período 1947/81, divulgados nos CBEn.

Período	Tipos	Educação Escolarizada (ou formal)							
		Administração Escolar	Formação Profissional		Ensino de Graduação		Metodologia de Ensino	Formação do Professor	Totais
			Nível Médio	Nível Superior	Disciplinas	Habilitações			
1947 – 1949	2	2	–	–	–	–	2	6	
1950 – 1959	–	4	5	12	–	4	2	27	
1960 – 1969	–	5	8	9	–	10	7	39	
1970 – 1979	1	5	11	16	1	6	6	46	
1980 – 1981	1	–	2	4	1	2	–	10	
Totais	4	16	26	41	2	22	17	128	

TABELA 4 – Distribuição de freqüência dos trabalhos relativos à educação não escolarizada, no período de 1947/1981, divulgados nos CBEn

Período	Educação Não-Escolarizada		Totais
	Educação Continuada	Integração Ensino-Serviço	
1947 – 1949	—	—	—
1950 – 1959	—	—	—
1960 – 1969	—	—	—
1970 – 1979	6	8	14
1980 – 1981	1	3	4
Totais	7	11	18

nâmica entre os seus elementos constituintes – o indivíduo, o trabalho e a sociedade; formação profissional tem por objetivo descobrir e desenvolver as aptidões humanas para a vida ativa produtiva e satisfatória e, em união com as diferentes formas de educação, melhorar as aptidões de cada pessoa para compreender – individual e coletivamente – o que concerne às condições de trabalho e ao meio social, para influir sobre elas” (FONSECA)¹⁰. No que diz respeito à formação do pessoal de Enfermagem, temos a distinguir: a preparação de nível médio ou habilitação profissional de 2º grau (conforme Parecer CFE 45/72. São Paulo. (Secretaria...)¹⁶, que forma o técnico e o auxiliar de enfermagem; e a preparação de nível superior (conforme Parecer CFE 163/72. São Paulo. (Secretaria...)¹⁶, que forma o enfermeiro, a nível de graduação. Sobre o assunto “formação profissional de nível médio (BARROSO)⁷, foram encontrados 16 trabalhos. As maiores freqüências foram notadas no final da década de 40 e início da de 50, provavelmente devido à promulgação da legislação que regulamenta a preparação do auxiliar de enfermagem. No final da década de 60 e início da década de 70, devido à Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5692/71), a qual criou as habilitações técnicas profissionais, reaparece a preocupação com os cursos de nível médio.

Nessa categoria “formação profissional do pessoal de enfermagem”, foram incluídos os trabalhos publicados de âmbito mais geral, abrindo-se um item específico para o ensino de graduação em suas várias disciplinas, dado o grande número de publicações relativas a esse assunto.

CURRÍCULO E LEGISLAÇÃO: “currículo é

a seqüência de experiências através das quais a escola tenta estimular o desenvolvimento do aluno. A verificação do conceito leva a concluir que os problemas afetos ao currículo são aqueles mesmos que compõem o quadro da ciência pedagógica: por que educar? Como determinar o efeito de educar? (SÃO PAULO. Secretaria...)¹⁶.

De modo geral, tais questões são tratadas inicialmente pelos órgãos normativos dos sistemas escolares, que explicitam fins e objetivos gerais da educação ou da formação profissional em determinadas áreas, definem características da clientela a ser atendida, ditam cargas horárias, rol de disciplinas e outros meios de atingir os fins desejados. Daí a denominação ampla dessa subcategoria, em que foram incluídos os trabalhos que relacionavam currículos e a legislação a eles pertinentes, bem como tentativas de inovação na área. Aqui se incluem 18 trabalhos sobretudo na década de 70, devido à divulgação do Parecer 163/72, que define o currículo mínimo dos cursos de Enfermagem, provocando a reestruturação do ensino na área. Em 1978, notam-se vários trabalhos relativos a esse tema, provavelmente, devido à necessidade de reformulações desse currículo mínimo, então já testado.

SELEÇÃO DE ALUNOS: mecanismos pelos quais as Universidades preenchem as vagas existentes nos cursos sob sua responsabilidade; são eles, no Brasil, os concursos de habilitação ou exames vestibulares, que classificam os candidatos a cursos superiores, quanto aos conhecimentos considerados pré-requisitos para o rendimento acadêmico. Nessa categoria, temos 8 trabalhos, concentrados em 1954, quando foi exigido o nível ginasial completo para ingresso nas Escolas de Enfer-

magem; e em 1968, quando se torna obrigatório o exame vestibular unificado.

ENSINO DE ENFERMAGEM NA GRADUAÇÃO: esta categoria, destacada da “formação profissional do pessoal de enfermagem de nível superior”, pelas razões já explicadas, reúne todos os trabalhos de pesquisa sobre o ensino das diferentes disciplinas que compõem o currículo de graduação das Escolas de Enfermagem – disciplinas pré-profissionalizantes, ou do ciclo básico, comuns a todos os cursos da área de Saúde; disciplinas do tronco profissional comum, destinadas especificamente à formação do enfermeiro. A categoria inclui, ainda, as chamadas “habilitações”, em Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem Obstétrica, Enfermagem de Saúde Pública (conforme Parecer 163/72). (SÃO PAULO. Secretaria...) ¹⁶. São classificados, nessa categoria, trabalhos sobre programas, pré-requisitos, critérios de avaliação, alternativas metodológicas para o ensino das diferentes disciplinas. Foram identificados 41 trabalhos sobre esse tema, distribuídos de maneira mais ou menos uniforme pelas várias disciplinas do currículo, e pelo extenso período de tempo analisado. As maiores freqüências ocorreram em relação às disciplinas de Ética e Deontologia, Sociologia, Enfermagem de Saúde Pública e Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental. Publicações relativas às habilitações começam a aparecer em 1976, quando se efetiva a implantação do currículo mínimo, instituído em 1972.

METODOLOGIA DO ENSINO DE ENFERMAGEM: nesta categoria mais ampla, são incluídos todos os trabalhos publicados relativos a formas de orientar a aprendizagem dos alunos e aos procedimentos de ensino adotados pelos professores. Procedimentos de ensino são ações, processos ou comportamentos planejados pelo professor para colocar o aluno em contato direto com coisas, fatos ou fenômenos que lhes possibilitem modificar sua conduta, em função dos objetivos previstos” (TURRA et alii) ²⁰. Em outras palavras, “os procedimentos de ensino são conjuntos de atividades unificadas, selecionadas como meios de ajuda para obtenção dos resultados pretendidos. Em realidade, representam modos de organizar as experiências de aprendizagem, durante os períodos de aula” (TICKTON et alii) ¹⁹.

ENSINO CLÍNICO

Consiste na instrução dada aos alunos no am-

biente de trabalho (enfermarias, centros de saúde, ou em salas de aula, através de atividades planejadas ou não, mas organizadas em torno de um determinado paciente ou grupos de pacientes, visando a “suplementar a instrução dada em sala de aula, ensinar o estudante a prestar assistência de enfermagem, motivá-lo na aplicação de princípios básicos de enfermagem, dos conhecimentos teóricos na prática da enfermagem, responsabilizá-lo pelo próprio desenvolvimento intelectual e técnico profissional” (CARVALHO) ⁸. Sobre esse assunto, apareceram apenas três trabalhos, na década de 50, como propostas metodológicas no ensino da Enfermagem.

CAMPO DE ESTÁGIO

Trata-se aqui das instituições públicas ou particulares e dos setores da comunidade que se apresentam como possibilidades (ou “cenários”) de atuação dirigida ou supervisionada dos alunos de Enfermagem, no seu processo de formação; os campos de estágio oferecem, nesse caso, oportunidades para treinar as habilidades acima descritas, com a orientação do professor, numa prática semi-independente mas ainda, protegida pela ajuda do docente (MILLER) ¹³. Nessa categoria, apareceram 5 trabalhos, a partir de 1966 e até 1978, descrevendo tentativas de reorganizar as experiências de aprendizagem proporcionadas aos alunos de Enfermagem.

TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Em épocas mais recentes, a introdução de inovações no campo educacional atingiu também as Escolas de Enfermagem, criando a preocupação com a chamada Tecnologia Educacional, que “pode ser definida de duas maneiras: em sentido mais familiar, significa meios de comunicação que podem ser usados para os objetivos do ensino, lado a lado com o professor, o livro-texto e o quadro negro; em sentido menos familiar, Tecnologia Educacional é mais do que uma soma de partes: é uma maneira sistemática de planejar e avaliar o processo ensino-aprendizagem; baseada em pesquisas psicológicas da aprendizagem e da comunicação, empregando uma combinação de recursos humanos e não-humanos para obter ensino mais efetivo” (ASSOCIAÇÃO...) ³. A Associação Brasileira de Tecnologia Educacional afirma, em seu Referencial teórico (ASSOCIAÇÃO...) ³: “a Tecnologia

Educacional esteve, em sua primeira fase, estreitamente ligada ao conceito de modernização; tratava-se, na verdade, de uma tecnologia “instrumental”, que enfatizava o uso de aparelhos e equipamentos, transformados, na maioria das vezes, em fins em si mesmos. A esta, sucedeu-se a fase da preocupação excessiva com técnicas de planejamento e concepção do processo de ensino, com muita ênfase em certos princípios e métodos de organização da instrução e pouca atenção aos problemas de (...) mudanças no sistema”. Hoje, a Tecnologia Educacional se redimensiona em seus conceitos e valores, e fundamentando-se em uma opção filosófica centrada no desenvolvimento integral do homem, inserido na dinâmica da transformação social, concretiza-se pela aplicação de novas teorias, princípios, conceitos e técnicas, num esforço permanente de renovação da Educação” (ASSOCIAÇÃO...)³. Nessa categoria, foram incluídos 14 trabalhos com ênfase na instrução programada (a partir de 1966) e na operacionalização dos objetivos instrucionais.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR: nesta categoria se classificam todos os trabalhos relativos à preparação de enfermeiros para a carreira docente, ou seja, para atividades de ensino em escolas de 1º, 2º e 3º graus. “Não se há de entender como professor, (...) aquele que apenas cumpre mecanicamente a tarefa de “dar aulas”. Todo professor é basicamente um educador; e só age como tal, o que faz de cada ensino particularizado, um instrumento para a formação integral do aluno” (Parecer CFE 292/62). Sobre esse tema, foram identificados 9 trabalhos divulgados entre 1968 e 1973, dada a necessidade de adequar a capacitação do docente de Enfermagem, às exigências da Reforma Universitária levada a efeito nesse período.

LICENCIATURA EM ENFERMAGEM

A reforma do ensino, implantada no País a partir de 1968, inspirou-se em uma nova filosofia da Educação, sendo que a Lei nº 5692/71 dispõe sobre a formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus. Embora criados pelo Parecer 873/68 CESU, os cursos de licenciatura em enfermagem, começaram a funcionar a partir de 1970, sendo a Escola de Minas Gerais, a pioneira. O enfermeiro licenciado é elemento básico no momento atual, sendo a licenciatura indispensável na formação de professores de 1º e 2º graus (BARROSO & VARELA)⁷. De acordo com

o Parecer 163/72 do CFE. (SÃO PAULO. Secretaria...)¹⁶, que instituiu o currículo mínimo dos cursos de graduação em enfermagem, o aluno tem direito de substituir a habilitação, prevista no referido parecer, pela licenciatura. Esta se constitui, então, das disciplinas de conteúdo específico da Enfermagem, complementadas pelas matérias pedagógicas exigidas pela Resolução CFE nº 9/69. Sobre a licenciatura, foram encontrados apenas 2 trabalhos, na década de 70.

PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM

O preparo do enfermeiro a nível de pós-graduação (*latu sensu*) no Brasil, data da década de 40, sendo que “no período de 1944 a 1954, foram realizados 16 cursos que conferiram certificado de especialização em uma área de conhecimento, a cerca de 728 enfermeiros” (RHODUS)¹⁴. A partir da década de 60, verificou-se uma acentuada preocupação de impulsionar e instalar curso de pós-graduação (*strictu sensu*) no país, sendo que a reforma universitária, ao impor mudanças no Sistema Educacional Brasileiro, propôs, dentre outras, a redefinição de cargos docentes de ensino superior a partir da qualificação dos mesmos, através de cursos de mestrado e doutorado (RHODUS)¹⁴. Os 6 trabalhos incluídos nessa categoria se referem à pós-graduação em *sensu latu*.

EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA: é aquela que se processa dentro do sistema social global, mas não em uma instituição especificamente destinada a essa finalidade; aqui se incluem, por exemplo, os processos de educação continuada, de treinamento em serviço, de reciclagem e atualização de profissionais, de residência (médica e de enfermagem), etc. Dada a amplitude do conceito, foram utilizadas duas subcategorias relativas a:

EDUCAÇÃO CONTINUADA

Numa análise histórica, o conceito de educação continuada ou permanente tem diferentes conotações. Na década de 60, este conceito tem como princípio aceitar o adulto como passível de aprender, mas diferente da criança e do adolescente, “o enfoque não é mais escolar e sim técnico institucional voltado para a capacitação de mão-de-obra” (BARROSO & VARELA)⁷.

A década de 70 caracteriza-se por uma toma-

da de consciência de que o homem “educa-se a partir da realidade que o cerca, e em interação com outros homens, co-educa-se” (BARROSO & VARELA)⁷.

A educação continuada é então caracterizada por mecanismos de educação não-formal, dentro de uma psicopedagogia própria, aberta às influências do contexto sócio-político do momento histórico em que se situa. Esta modalidade instrucional torna-se, cada vez mais, um requisito importante para o crescimento profissional do enfermeiro.

Foram identificados 7 trabalhos sobre este tema, concentrados na década de 70, exatamente como seria de esperar, pela importância assumida por este processo educacional em nossos dias.

INTEGRAÇÃO ENSINO/SERVIÇO

Nesta categoria foram incluídos temas referentes à participação do enfermeiro nos programas de

Educação em Saúde, Treinamento em Serviço e Programas de Integração Docente/Assistencial. Da mesma forma que a educação continuada, este tema se concentrou na década de 70, a partir de 1975, quando podemos observar que as propostas governamentais relacionadas ao setor saúde se referem exatamente ao preparo e qualificação de pessoal para atender às propostas emergentes de participação nos serviços básicos de saúde e assistência à comunidade.

Relação entre os trabalhos apresentados sobre Educação em Enfermagem nos CBEn, e o contexto brasileiro.

Nesta etapa procuraremos relacionar os trabalhos sobre Educação e os principais eventos históricos ocorridos de 1947 a 1981, através de uma tentativa de contextualização desses dados, nas décadas de 40, 50, 60, 70 e 80 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM¹, BARROS⁶, CARVALHO⁸, GERMANO¹¹, SILVA et alii¹⁸).

a) Contextualização dos Dados

DÉCADAS	O CONTEXTO	A ENFERMAGEM	AS DIVULGAÇÕES NOS CBEn
30 e 40	<p>Até o final da década de 30, o mercado de trabalho para os enfermeiros estava ligado ao setor de Saúde Pública.</p> <p>– Decreto-Lei nº 20.109/31 – regula o exercício da enfermagem no País.</p> <p>Criação do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP-1942.</p> <p>Crescimento e Modernização dos hospitais.</p> <p>– Hospital das Clínicas de São Paulo e Hospital São Paulo – como campos de ensino na área da saúde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Influência do modelo Norte-Americano no Ensino da Enfermagem. – Criação da Associação Nacional de Enfermeiros Diplomados – ABED-1926. – I Congresso Nacional de Enfermagem – 1947. – Regulamentação dos práticos de enfermagem e parteiras práticas – Dec. Lei nº 8.778/46. – Regulamentação do ensino da Enfermagem. – Decreto nº 27.426/49. – Regulamentação dos cursos de auxiliares de enfermagem. – Lei nº 775/49 – Legislação do curso de enfermagem. Enfermagem Obstétrica. – Aumento do número de escolas de enfermagem ligados à área hospitalar. – Mudança no mercado de trabalho – ênfase do ensino na supervisão e administração e ensino do pessoal auxiliar. 	<p>As divulgações apresentadas pelos enfermeiros nos Congressos se referem basicamente à Educação Escolarizada ou Formal. Estes trabalhos tiveram sua tônica voltada para a administração escolar (criação de Escolas de Enfermagem e Histórico de Escolas de Enfermagem); formação de pessoal de nível médio (auxiliar de enfermagem) e a capacitação do enfermeiro para atividade de ensino.</p>

DÉCADAS	O CONTEXTO	A ENFERMAGEM	AS DIVULGAÇÕES NOS CBEn
50	<ul style="list-style-type: none"> - Rápido crescimento industrial e urbanização – crescimento da população previdenciária. - A Saúde Pública cede lugar à atenção médica privatizante. - Influência do complexo médico industrial sobre a área da saúde. - Plano de classificação de cargos do DASP – enfermagem como serviço de nível médio, 1954. - Regulamentação do exercício profissional do enfermeiro, 1955. Decreto-Lei nº 2.604/52. 	<ul style="list-style-type: none"> - Intensifica-se o movimento da ABEn e das Escolas de Enfermagem para promover a mudança curricular. - Definição do Código de Ética-1952. Aprovação de um programa de Ética para Escolas de Enfermagem. Ética como tema oficial do IX Congresso Brasileiro de Enfermagem – 1956; aprovação do Código de Ética Profissional em 1958. - Divergências no ensino da Enfermagem e da Obstetrícia – atuação da ABEn e ABEO (Associação Brasileira de Enfermagem Obstétrica). Legislação relacionada ao exercício da Enfermagem Obstétrica. - Intensifica-se a luta da ABEn pela duração do Curso de graduação para 4 anos e o enquadramento do profissional no quadro de serviços técnico-científicos – Reclassificação do DASP. - Pesquisa realizada pela ABEn sobre os Recursos Humanos em Enfermagem – 1956-1958. 	<p>Das 27 divulgações sobre educação nos Congressos Brasileiros de Enfermagem nesta década, 21 delas se enquadram na categoria de formação profissional, abrangendo o ensino médio (auxiliar de enfermagem) e o ensino superior (Currículo Lei 775/49 e seleção de alunos para os cursos de graduação).</p> <p>A pós-graduação – através de cursos de especialização em Saúde Pública, é citada em 2 trabalhos.</p> <p>Inicia-se a preocupação com os métodos de ensino em enfermagem (4 trabalhos) e a integração dos aspectos sociais e de Saúde Pública no currículo de graduação.</p> <p>Nesta década, os trabalhos divulgados sobre Educação corresponderam a 38% do total de trabalhos apresentados nos CBEn.</p>
60	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da lei orgânica da previdência social – 1960. - Unificação da Previdência Social. - Criação do Instituto Nacional de Previdência Social – 1966. - Política de saúde privatizante, centrando-se numa visão médico-assistencialista. - Estímulo à especialização. - Reclassificação do DASP – enfermeiros enquadrados no grupo de profissionais técnico-científicos de curso de 3 anos. Grupo II, 1964; Grupo III, 1965. - Lei nº 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – intensificação no País dos cursos de formação profissional de nível médio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de lei nº 3.803/61 – dispõe sobre o exercício profissional da obstetriz. - Expira o prazo para as Escolas de Enfermagem exigirem curso ginásial para ingresso. - Passa a vigorar a exigência de curso colegial para o vestibular. 1961 (Decreto-Lei nº 2.995/56). - Parecer 271/62 – CFE sobre currículo mínimo dos cursos de graduação – inclui administração e exclui ciências sociais. Coloca Saúde Pública como especialização. - Curso com duração de 3 anos e 1 de especialização. - Parecer 303/63 – CFE fixa currículo mínimo para os cursos de obstetrícia. - Realização de Seminários e Congressos sobre Didática e Pedagogia Aplicada à Enfermagem – 1960, 1964 e 1965. - Ascensão das Escolas de Enfermagem a nível universitário. Vestibular unificado para ingresso na enfermagem. 	<p>Ainda nesta década, a preocupação dos enfermeiros se concentrava na educação escolarizada ou formal.</p> <p>São evidenciados cinco trabalhos sobre formação do técnico e auxiliar (regularização do ensino, conteúdo disciplinar); Quanto à formação de nível superior, os trabalhos nesta área se referem à seleção de alunos, para cursos de graduação, concentrando-se estes em 1968; foi legislação de ensino vigente outro tema focalizado. A metodologia do ensino é abordada pelos trabalhos, dando ênfase à instrução programada e aos objetivos instrucionais dos planos de cursos.</p>

DÉCADAS	O CONTEXTO	A ENFERMAGEM	AS DIVULGAÇÕES NOS CBEn
60	<ul style="list-style-type: none"> - Promulgação da lei nº 5.540/68, fixando normas para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Assuntos ligados ao ensino superior passam à competência do CFE. - Definição da política de enfermagem da OPS – incentivando estudos dos recursos humanos em enfermagem para traçar a política nacional de enfermagem com base no desenvolvimento de serviços de enfermagem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento da categoria do técnico de enfermagem – 1966. - Ensino da enfermagem de 1º e 2º graus passa para âmbito da legislação estadual. - I e II Seminários sobre Educação em Enfermagem para estudar os reflexos da reforma universitária (lei nº 5.540/68) na formação do enfermeiro, rever a função do enfermeiro e propor curso com duração de 4 anos – 1968-1970. - Prática de enfermagem centrada na assistência ao paciente hospitalizado; desproporção numérica entre profissionais e ocupacionais; indefinição do <i>status</i> e do papel do enfermeiro. - Informe da Comissão de documentos e estudos da ABEn – sobre evolução dos cursos de enfermagem no País – 34 escolas de enfermagem em 1969. 	<p>Evidencia-se nesta década, a preocupação quanto ao preparo do enfermeiro, através dos cursos de pós-graduação <i>latu sensu</i>. Não há nesta década trabalhos divulgados sobre educação informal. Do total de 134 trabalhos apresentados nos CBEn, 39 (29,10%) se referiam à educação formal ou escolarizada.</p>
70	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 5.692/71 – sobre diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus. - Lei nº 6.229/75 – dispõe sobre organização do Sistema Nacional de Saúde. - Lei nº 6.439/77 cria o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS e o SIMPAS. Assistência Médica voltada para os interesses da especialização, definida pela política privatizante do setor saúde. - Crise financeira do Estado refletindo na previdência social. - Crescem no País os índices de mortalidade e morbidade infantil, das doenças infecto-parasitárias, das endemias, contrapondo-se aos currículos da área da saúde, concentrados numa densa carga horária nas disciplinas especializadas no campo da medicina curativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização dos Seminários sobre formação do auxiliar de enfermagem. 1972 e 1973. - Integração do técnico de enfermagem como membro da ABEn, 1971. - Apresentada ao XXII CBEn proposta de anteprojeto do currículo mínimo de enfermagem, encaminhado ao CFE. - Parecer 163/72 – resolução 4/72 – modificando o currículo mínimo – reintroduz as disciplinas de Ciências do Comportamento (sociologia e psicologia), introduz as Habilitações em Enfermagem SP como uma das habilitações. - Ensino da enfermagem centrado na área hospitalar, visando ao domínio de técnicas avançadas de saúde – medicina e enfermagem – fortalecidas pela influência da indústria farmacêutica e de equipamentos cirúrgicos. - Criação dos cursos de pós-graduação, segundo moldes da reforma universitária – 1972. 	<p>Na década de 70, observou-se um grande interesse dos enfermeiros pela divulgação de trabalhos no CBEn. Do total de 408 trabalhos, 60 (14,7%) se referem à educação escolarizada e não-escolarizada da. Continua a preocupação com ensino médio, (técnico e auxiliar) e interesse na formação de nível superior, com ênfase no currículo e legislação; há um interesse maior sobre as disciplinas do currículo de um modo geral; é divulgado um trabalho sobre habilitação. A educação não-escolarizada começa a aparecer nesta década, com trabalhos versando sobre Educação continuada e Integração ensino/serviço, perfazendo estes trabalhos, 23,3% do percentual dos trabalhos sobre educação, divulgados nesta década.</p>

DÉCADAS	O CONTEXTO	A ENFERMAGEM	AS DIVULGAÇÕES NOS CBEn
70	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificação das políticas de extensão de cobertura – II Plano Nacional de Saúde das Américas – 1977. Conferência Internacional de Alma-Ata (1978). - Incentivo da OPS no programa de preparo de mão-de-obra, treinamento em atenção primária, fortalecimento do sistema educacional – 1972-1974. - Criação do programa de desenvolvimento e Recursos Humanos para a saúde pelo MS, MPS, OPS. - Criação do Centro de Tecnologia Educacional (NU-TES/CLATES). 	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico do curso de graduação em enfermagem, realizado pelo grupo de trabalho do DAU/MEC: incentivo à criação de Escolas de Enfermagem e do estudo curricular – 1975. - Aumento do número de escolas de enfermagem no período de 1975-1979 – criação de 32 escolas novas. - Definição da função do enfermeiro na atenção primária em saúde. - Propostas de participação comunitária e tecnologia apropriada à assistência de enfermagem. - Lei nº 5.905/73 – cria os Conselhos Federal e Estadual de Enfermagem, aprovação do novo código de Ética Profissional pelo COFEn – 1975. - Criação da ABEE – Associação Brasileira de Ensino de Enfermagem – 1975. - Criação do CEPEn – 1979. 	
80	<ul style="list-style-type: none"> - Início de movimento crítico no setor saúde, no interior das escolas médicas e serviços de saúde. - Surgimento de novas propostas de reformas na organização dos serviços de saúde-Prev. Saúde e CONASP. - Propostas de integração ministerial na área da previdência social. - V Simpósio sobre política nacional de saúde – promovido pela Câmara de Deputados – 1984. - Propostas de Estratégias de Ações Integradas de Saúde AIS – modelos de integração docente assistencial como alternativa metodológica para o ensino na área da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tema oficial XXXI, XXXII e XXIII do CBEn Enfermagem e tecnologia apropriada: ações básicas de saúde – Formação de Recursos humanos na enfermagem. Saúde e Educação – 1980, 1981, 1982. Realização do III Encontro Brasileiro de Educação em Enfermagem – promovido pela ABEE, 1981. - Atuação da Comissão de Educação da ABEn nas propostas sobre ensino e educação em enfermagem. Propostas apresentadas pelo Comitê de graduação – realizados nos Congressos Brasileiros de Enfermagem. - Tentativas de definição da Enfermagem dentro das propostas de atenção primária em saúde. - Propostas de mudanças curriculares apresentadas por algumas Escolas de Enfermagem como alternativas de inovação curricular. - Intensificação da formação do enfermeiro a nível de pós-graduação – mestrado e doutorado. 	<p>Os trabalhos considerados para esta análise se atêm aos congressos de 1980 e 1981. Em apenas 2 anos foram apresentados 124 trabalhos sendo que a temática sobre educação abrangeu 11,29% dessas divulgações (14 trabalhos). Percebe-se que, a exemplo da década anterior, os enfermeiros, continuam a se preocupar com a educação não escolarizada ou seja com a educação continuada e a integração ensino/serviço.</p>

CONCLUSÕES

– Em decorrência da análise realizada, as autoras verificaram que os Congressos Brasileiros de Enfermagem, sobretudo a partir da década de 70, constituem-se em expressivo meio de comunicação da produção científica dos enfermeiros, sendo recomendável que tal situação persista e mesmo se aprimore.

– Pôde-se determinar que a Educação em Enfermagem é uma das áreas de investigação relevantes na citada produção científica dos enfermeiros, devendo, entretanto, os trabalhos relativos a essa área, aprofundarem-se e levarem em consideração o desejado desenvolvimento científico da pesquisa educacional e de enfermagem.

– Através da tentativa de contextualização histórico-social dos dados relevantes para a interpretação feita, perceberam as autoras, a necessidade de maior número de estudos sobre a influência da Política Educacional do País no ensino da Enfermagem, bem como sobre a repercussão deste na prática profissional dos egressos de nossas escolas.

– Com base no presente estudo e no quadro conceitual utilizado, as autoras recomendam aos interessados em pesquisar na área de Educação em Enfermagem, que atentem para as possibilidades de avanço e aperfeiçoamento pedagógico, representadas pelas inovações na Tecnologia Educacional, na Teoria da Educação e na Teoria do Currículo, bastante recentes.

RUFFINO, M. C. et alii. Retrospective of research publications about nursing education – 1947-1981. *Rev. Bras. Enf.*, Brasília, 38(3/4): 245-256, July/Dec. 1985.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. *Relatório final do levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil: 1956-1959*. Brasília, 1980. 401 p.
2. ———. *Retrospectiva – 33 anos de Congressos Brasileiros de Enfermagem*. Porto Alegre, Pallotti, 1982.
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL; referencial teórico. *Tecn. Educ.*, 47:16-7, jul./ago. 1982.
4. ALCÂNTARA, G. *A enfermagem moderna como categoria profissional; obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira*. Ribeirão Preto, 1966. Tese (Cátedra) – USP. Escola de Enfermagem.
5. ALMEIDA, M.C.P. et alii. A produção do conhecimento na pós-graduação em enfermagem no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 33. Manaus, 2 a 7 de agosto de 1981. *Anais...* Manaus, ABEn, 1981. p. 119-27.
6. BARROS, S.M.P.F. A política educacional em enfermagem. 1985. mimeografado.
7. BARROSO, M.G.T. & VARELA, Z.M.V. Educação Continuada – requisito básico para o crescimento profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 31. Fortaleza, 5 a 11 de agosto de 1979. *Anais...* Fortaleza, ABEn 1979. p. 101-6.
8. CARVALHO, A.C. *Associação Brasileira de Enfermagem. 1926-1976; documentário*. Brasília, 1976. 514 p.
9. ———. *Orientação e ensino de estudantes de enfermagem no campo clínico*. São Paulo, 1972. Tese (Doutoramento) – USP. Escola de Enfermagem.
10. FONSECA, M.A. O compromisso social da formação profissional. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL, 16. Porto Alegre, 1984.
11. GERMANO, R.M. *Educação e ideologia da enfermagem no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1983.
12. LOURENÇO FILHO, M.B. *Organização e administração escolar; curso básico*. 6. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1974.
13. MILLER, G.E., org. *Ensino e aprendizagem nas Escolas Médicas*. São Paulo, Nacional, 1967.
14. RHODUS, C.C. Preparo e aperfeiçoamento de recursos humanos para a enfermagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 31. Fortaleza, 5 a 11 de agosto de 1979. *Anais...* Fortaleza, ABEn, 1979. p. 93-9.
15. RIBEIRO, J.Q. Formas do processo educacional. In: PEREIRA, L. & FORACCHI, M.M. *Educação e sociedade*. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1966. p. 71-3.
16. SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. *Diretrizes e bases da educação nacional; pareceres, deliberações e resoluções dos Conselhos Federal e Estadual da Educação*. São Paulo, 1973. p. 71-2, 96-112.
17. SILVA, A.L.C. et alii. Marco conceitual e estrutural dos currículos dos cursos de graduação em enfermagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 31. Fortaleza, 5 a 11 agosto de 1979. *Anais...* Fortaleza, ABEn, 1979. p. 107-14.
18. SILVA, G.B. et alii. Introdução à análise das transformações na prática de enfermagem no Brasil, no período de 1920-1978. *Medicina*, Ribeirão Preto, 17(1-2):35-47, 1984.
19. TICKTON, S.B. et alii. *To improve learning; an evaluation of instructional technology*. New York, R.R. Bowker, 1971. v. 1.
20. TURRA, C.M.G. et alii. *Planejamento de ensino e avaliação*. 9. ed. Porto Alegre, PUC – EMMA, 1975. 126 p.